



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

Informação nº: 31/2019 – Digem1

Processo nº: 37367/2016

Interessado: Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do GDF.

Assunto: Representação

Ementa: Representação nº 23/2016 – DA. Supostas irregularidades na composição do Conselho de Administração da TERRACAP. Lei Federal nº 13.303/2016 (*Lei das Estatais*). Decisões nºs 6145/2016, 2268/2018, 4575/2018 e 5159/2018. Nesta Fase: Cumprimento do item V, “a”, da Decisão nº 2268/2018 e análise das manifestações da TERRACAP em atenção ao item III da Decisão nº 4575/2018. Índícios de irregularidade identificados. Sugestão de oitiva das Jurisdicionadas.

Senhor Diretor,

Cuidam os autos da Representação nº 23/2016 – DA (peça 3), do i. Procurador Demóstenes Albuquerque, do Ministério Público junto ao TCDF, sobre fatos relacionados à admissão de 4 (quatro) Secretários de Estado como membros do Conselho de Administração – CONSAD da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP em afronta ao art. 17 da Lei federal nº 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

BREVE HISTÓRICO

2. Em sua fase de admissão, Informação nº 215/2016 – 1ª DIACOMP (peça 13), a inicial foi assim resumida:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

“Cuidam os autos da Representação 23/16 - DA, formulada pelo MPJTCDF, com pedido de cautelar, a respeito da admissão supostamente irregular de 4 Secretários de Estado como membros do Conselho de Administração da Terracap, em momento posterior à entrada em vigor da Lei 13.303/16, cujo art. 17 fixa requisitos para a escolha de membros do Conselho de Administração das empresas públicas.

Mencionada lei dispõe sobre o Estatuto Jurídico da Empresa Pública, da Sociedade de Economia Mista e de suas subsidiárias. O nominado artigo veda a indicação de representante do órgão regulador ao qual a empresa pública está sujeita, entre eles, Secretário de Estado.

Sustenta que tal regra visa mitigar as influências político partidárias incidentes sobre as decisões colegiadas das entidades, distorcendo suas finalidades e tornando-as alvo da prática de atos de corrupção e uso indevido da máquina pública, a exemplo do que ocorreu na PETROBRAS.

Defende o representante que a aplicabilidade dessa norma tem abrangência nacional, com aplicação, inclusive, a empresa cuja atividade econômica esteja sujeita ao regime de monopólio da União ou seja de prestação de serviços públicos. Assim, ressalta não haver dúvidas de que a norma aplica-se à Terracap.

Cita que, a despeito do prazo máximo de 2 anos fixado em seu art. 91 para que as entidades constituídas antes da vigência da lei se adequem aos seus dispositivos, exige-se atuação diretiva, na medida das oportunidades de amoldamento, com vistas ao exato cumprimento do prazo estabelecido.

Apresenta comentários de Renato Geraldo Mendes sobre tema correlato, ao tratar das normas de licitação. Em essência, defende o autor que novas licitações e novos contratos devem ser regulados pela Lei 13.303/16, não se aplicando mais as leis anteriores. Somente situações anteriores à vigência da nova lei regulam-se pela norma anterior.

Assim, entende o MPJTCDF ser ilegal a designação efetivada, vez que vai de encontro à vedação expressa no art. 17, §2º, da Lei 13.303/16, de aplicação imediata.

Ressalta, também, que o mandato dos membros do colegiado, até 29.9.18, ultrapassa o próprio período de adaptação previsto na lei (24 meses).

Registra, ainda, que um dos membros, Arthur Bernardes Miranda, além de Secretário de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável, é dirigente estatutário de partido político, incidindo, portanto, em duplo impedimento legal.

Diante do exposto, defende estar presente o fumus boni iuris.

Como os membros encontram-se empossados e exarando atos, jungidos de comprovado vício de competência, que repercutem no mundo jurídico afetando a Administração e terceiros de boa-fé, caracteriza-se também o periculum in mora.

Acrescenta que a Ata da 183ª Assembleia Geral Extraordinária, que elegeu os Secretários de Estado para o Conselho de Administração, até o momento não restou publicada na Imprensa Oficial, o que constitui afronta



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

ao princípio da publicidade, com embaraço à atualização fiscalizatória do TCDF e da Controladoria Geral do DF. Outras Atas de reuniões posteriores foram publicadas.

Assim, requer que a Corte:

a) nos termos do art. 277 do RI/TCDF, a suspensão cautelar dos efeitos da decisão colegiada exarada pela Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da Terracap em sua 183ª Reunião, de 23.9.16, no que se refere à eleição dos membros referidos na Representação, eleitos e empossados à margem do art. 17, §2º, da Lei 13.303/16, até ulterior manifestação;

b) assine prazo para que a Terracap anule a referida Decisão, convocando e promovendo nova eleição para a escolha dos membros do Conselho de Administração, observados os requisitos e vedações do art. 17 da Lei 13.303/16;

c) determine às empresas públicas e às sociedades de economia mista do DF que planejem suas ações, elaborem cronograma e adotem as medidas necessárias de sua competência para cumprimento tempestivo de todas as normas fixadas na Lei 13.303/16, observando o prazo máximo estabelecido em seu art. 91, com implantação imediata das normas passíveis de execução subitânea, especialmente as relativas à governança;

d) autorize a realização de procedimento de fiscalização no âmbito das Jurisdicionadas abrangidas, objetivando verificar a conformidade e suficiência de suas ações para dar cumprimento à citada lei. Ressaltamos que, conforme Despacho da Presidência (peça 10) e Ofício 73/16-DA (peça 11), foi juntada à presente Representação, documentação oriunda do SINDSER/DF acerca do mesmo objeto (peça 12).

3. Em atos seguintes, por meio da Decisão nº 6145/2016 (peça 17), o TCDF conheceu a representação inicial (peça 3), como também determinou à Jurisdicionada que apresentasse esclarecimentos sobre os fatos representados.

4. Posteriormente, após a análise da documentação apresentada (peça 31), a Corte deliberou nos seguintes termos:

DECISÃO Nº 2268/2018 (peça 38)

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento das informações apresentadas pela Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, mediante o Ofício nº 94/2017 – PRESI (peça 31), considerando-as insubsistentes; II – **considerar, no mérito, procedente a Representação nº 23/2016 – DA, ante a comprovação de infração ao art. 17, § 2º, I, da Lei nº 13.303/2016 quando da eleição dos Srs. Thiago Teixeira de Andrade, Arthur Bernardes Miranda, Sergio Sampaio Contreiras de Almeida, Marcos de Alencar Dantas, então Secretários de Estado, para o Conselho de Administração na 183ª Assembleia Geral Extraordinária da Companhia;** III – **determinar, em consequência, à Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP que,***



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

no prazo de 30 (trinta) dias, promova a substituição dos membros indicados no item anterior, com integral aderência, desta feita, ao que dispõe o art. 17 da Lei nº 13.303/2016, sem embargos das demais disposições legais e estatutárias aplicáveis; IV – dar ciência à Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP e ao Exmo. Governador do Distrito Federal da incompatibilidade do art. 12 do Decreto nº 37.967/2017 com a Lei nº 13.303/2016; V – autorizar: a) a realização de inspeção nas jurisdicionadas alcançadas pela Lei nº 13.303/2016, com vistas a verificar o atendimento dos requisitos fixados no seu art. 17 para eleição dos membros indicados aos seus respectivos conselhos de administração e diretorias; b) a realização de auditoria em autos próprios, a ser incluída na formulação do Plano Setorial de Ação da Secretaria de Auditoria referente ao exercício de 2019, para exame global quanto à adaptação das empresas públicas e sociedades de economias controladas pelo Distrito Federal, bem como suas respectivas subsidiárias, ao estatuto jurídico estabelecido na Lei nº 13.303/2016; c) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão à Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, à Governadoria do Distrito Federal e à Secretaria de Auditoria; d) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para a adoção das providências devidas.

(grifamos)

5. Na sequência, a TERRACAP manifestou-se nos autos (peça 46) e, após o trâmite processual, o TCDF impôs novas determinações à Jurisdicionada:

DECISÃO Nº 4575/2018 (peça 52)

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do Ofício nº 02/2018-DIAUD, de 03/07/2018 (peça 46); II - reiterar à SEACOMP o disposto no item V, alínea “a”, da Decisão nº 2268/2018; III - fixar prazo de 15 (quinze) dias para que a Terracap se manifeste em relação ao assunto abordado pelo Parquet nos §§ 22 a 34 do Parecer nº 794/2018-G3P; IV - autorizar: a) o encaminhamento de cópia do relatório/voto do Relator, desta decisão e do Parecer nº 794/2018-G3P à Terracap, para subsidiar o atendimento do previsto no item precedente; b) o retorno dos autos à SEACOMP, para as providências de sua alçada.

(grifamos)

6. Assim, cuida esta fase processual de dar cumprimento ao item II do *decisum* e analisar a manifestação da TERRACAP acerca do respectivo item III.

MANIFESTAÇÃO DA TERRACAP E ANÁLISE

7. Em atenção ao item III da Decisão nº 4575/2018, por meio dos Ofícios SEI-GDF nº 116/2018 – TERRACAP/PRESI/COINT/DIGER, de 08/11/2018, e nº 26/2019 – TERRACAP/PRESI/COINT/DIGER, de 31/01/2019 (peças 61 e 62, respectivamente), a Jurisdicionada apresentou esclarecimentos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

8. Em síntese, a TERRACAP manifesta-se em sentido contrário ao entendimento firmado nos §§ 22 a 34 do Parecer nº 794/2018-G3P (peça 50).

9. De acordo com o MPJTCD, *“a despeito dos afastamentos anunciados pela Jurisdicionada, TENDEM A PERSISTIR AS IRREGULARIDADES, porquanto pelo menos dois membros aprovados pelo aludido Comitê incidem no mesmo impedimento dos agentes públicos substituídos, a teor do art. 17, §2º, I, da Lei n.º 13.303/2016, uma vez que são Secretários de Estado Adjuntos”*.

10. No caso específico, as irregularidades permaneceriam em razão das seguintes nomeações: **Sr. Espedito Henrique de Souza Júnior**, aprovada pelo Comitê de Elegibilidade para ocupar o cargo de presidente do Conselho de Administração da Companhia, enquanto era Secretário Adjunto de Economia e Desenvolvimento Sustentável; e o **Sr. Fábio Rodrigues Pereira**, aprovada para exercer a função de presidente substituto do CONAD, enquanto era Secretário Adjunto da Casa Civil do Distrito Federal. Sobre estas nomeações, conforme consta dos autos (peça 62), os secretários adjuntos já foram substituídos de sua participação nos respectivos conselhos.

11. No que se refere à possibilidade de Secretários Adjuntos assumirem cargos nos conselhos de administração existentes nas empresas públicas e nas sociedades de economia mista do DF, a TERRACAP apresentou o Parecer Jurídico SEI-GDF nº 930/2018/2018 – PGDF/GAB/PRCON (fls. 23/26, peça 61) que se limitou a analisar o enquadramento ou não do Secretário Adjunto da Casa Civil no impedimento do artigo 17, § 2º, I, da Lei nº 13.303/2016¹.

12. Assim consta do mencionado Parecer:

“O presente opinativo se limita a analisar o enquadramento ou não do Secretário Adjunto da Casa no impedimento do artigo 17, § 21, I da Lei n. 13.303/2016.

Como expressamente colocado no artigo 17, § 2º, I da Lei n. 13.303/2016 não podem ser eleitos os Secretários de Estado. Busca-se neste particular uma neutralidade política, quer-se evitar nas estatais de maior uma maior

¹ O Sr. Espedito Henrique de Souza Júnior é Auditor da Secretaria de Fazenda do DF, ou seja, situação idêntica a que foi tratada no parecer da PGDF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

influência política. Na doutrina, Gustavo Amorim Antunes detalha esse impedimento, afirmando que:

Por "Secretário de Estado" entende-se o Secretário Estadual e o Secretário Distrital, equivalentes diretos ao Ministro de Estado e ao Secretário Municipal. Em todos esses casos, está vedado quem ocupa a cargo de titular da pasta, mesmo que na condição de interino. Não está vedado, porém, o substituto eventual do titular quando existe titular legalmente investido no cargo. Para exemplificar, suponha que a Ministro de Estado está em viagem internacional e seu Secretário Executivo exerça suas funções temporariamente. Nessa hipótese, o Ministro permanece ocupando o cargo de titular, e o Secretário Executivo apenas executa suas funções não é alcançado pela vedação".

As razões expostas pelo citado autor demonstram que os impedimentos devem ser interpretados restritivamente, isto é, apenas aqueles que sejam realmente Secretários de Estado é que estão impedidos, não se podendo fazer qualquer equiparação. Entender de modo diverso, é querer estender o texto de norma impeditiva (proibitiva), onde o legislador não o quis. Não há que se interpretar a restrição a um direito de forma extensiva. Deve se dar a norma impeditiva uma interpretação restritiva.

Ademais, o Secretário Adjunto ocupa cargo de natureza especial, não exercendo atribuições de natureza política como Secretário de Estado. A intenção da lei foi claramente buscar uma neutralidade em relação aos agentes políticos, o que não é obstado pela nomeação do Secretário Adjunto.

Apesar de não haver impedimento para o cargo de Secretário Adjunto em si, é certo que o secretário adjunto é titular de cargo de natureza especial, o que também traz impedimentos. Todavia, tal impedimento abrange apenas aqueles, "sem vínculo permanente com o serviço público", o que não é o caso do Secretário Adjunto da casa civil que possui vínculo permanente com o Poder Legislativo. Repita-se mais uma vez o texto do impedimento:

Art. 17

§ 2º É vedada a indicação, para o Conselho de Administração e para a diretoria:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

I - de representante do órgão regulador ao qual a empresa pública ou a sociedade de economia mista está sujeita, de Ministro de Estado, de Secretário de Estado, de Secretário Municipal, de titular de cargo sem vínculo permanente com o serviço público, de natureza especial ou de direção e assessoramento superior na administração pública, de dirigente estatutário de partido político e de titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente da federação, ainda que licenciados do cargo; (grifos nossos)

Os ocupantes dos cargos de natureza especial ou de direção e assessoramento superior na administração pública são impedidos, apenas se não possuírem vínculo efetivo com o serviço público, vale dizer, o impedimento se estende apenas para aqueles que não são servidores públicos efetivos, que não obtiveram aprovação em um concurso público. Essa interpretação já foi sufragada pela AGU no PARECER n. 01601/2016/CONJURMP/CGU/AGU que tratou do conceito da expressão "sem vínculo permanente com o serviço público".

No caso em análise, o Secretário Adjunto da Casa Civil é servidor efetivo do Poder Legislativo, logo, possui vínculo permanente com o serviço público e, por isso, não incorre no impedimento.

CONCLUSÃO:

Ante todo o exposto, conclui-se que não há vedação legal para a indicação do Secretário de Estado Adjunto da Casa Civil como membro do Conselho de Administração."

13. Além deste parecer da PGDF, a TERRACAP também apresentou a Nota Técnica SEI-GDF nº 286/2018 – CACI/GAB/AJL, de 11/10/2018 (fls. 8/22, peça 61) que trouxe, resumidamente, o entendimento de vários órgãos federais (Advocacia Geral da União, Ministério do Planejamento e Controladoria Geral da União), os quais estão em consonância com o posicionamento da PGDF, no sentido de que servidor efetivo pode compor o Conselho de Administração das empresas públicas e das sociedades de economia mista, não havendo impedimento legal no caso de concomitantemente estar desempenhando função de secretário de estado adjunto ou cargo equivalente.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

14. Em linha com o entendimento exposto pela PGDF e demais órgãos federais, entendemos possível que secretários adjuntos ou ocupantes de cargos equivalentes sejam nomeados em conselhos de administração, **observada a premissa de serem servidores efetivos**, e dissentimos do *Parquet* que defende interpretação não literal do comando previsto no art. 17, § 2º, I, da Lei nº 13.303/2016.

15. Assim, no caso específico das nomeações dos Senhores Espedito Henrique de Souza Júnior e Fabio Rodrigues Pereira, sugerimos ao Tribunal que considere satisfatórios os esclarecimentos prestados pela TERRACAP em atenção ao item III da Decisão nº 4575/2018.

LEVANTAMENTOS

16. Para dar cumprimento ao item V, alínea “a”, da Decisão nº 2268/2018, reiterado pela Decisão nº 4575/2018, na fase de levantamento de informações para viabilizar a realização de inspeção nas Jurisdicionadas alcançadas pela Lei das Estatais, com vistas a identificar o atendimento dos requisitos fixados em seu art. 17, tomamos ciência que o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT também estaria realizando procedimentos de fiscalização semelhante, conforme noticiado pelo *site* G1².

17. Assim, com o objetivo de garantir a celeridade necessária para o levantamento das informações, solicitamos ao MPDFT o compartilhamento dos dados que foram apurados junto às diversas Estatais.

18. Em resposta, aquele órgão ministerial encaminhou o Ofício nº 283/2019 – 4ª PRODEP/MPDFT (peça 63), de 01/04/2019, com cópia das informações requeridas às entidades da Administração Indireta do DF.

19. De acordo com o mencionado expediente, o MPDFT solicitou às estatais distritais (TERRACAP; BRB; CEB; CAESB; CEASA/DF; METRÔ/DF;

² <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/01/11/mp-vai-revisar-todas-as-nomeacoes-feitas-por-ibaneis-para-as-estatais-do-df.ghtml>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

CODHAB; TCB; EMATER/DF; CODEPLAN; e NOVACAP), incluindo suas subsidiárias, as seguintes informações:

- i. relação nominal dos respectivos membros do Conselho de Administração e das Diretorias, inclusive Presidente, Diretor-Geral e Diretor-Presidente;
- ii. cópia do ato de nomeação e da pasta funcional das pessoas indicadas no item 1;
- iii. valor da receita operacional bruta do exercício de 2018 (incluindo suas respectivas subsidiárias).

20. Desse modo, após análise da documentação, consideramos satisfatórias as informações obtidas junto ao MPDFT, que somadas aos procedimentos de pesquisa (*sites* e sistemas internos do TCDF) possuem o condão de atender o item V, “a”, da Decisão nº 2268/2018 (peça 38), reiterado pelo item II da Decisão nº 4575/2018 (peça 52).

21. Além disso, cabe noticiar que fatos semelhantes, com supostas irregularidades nas nomeações para os conselhos e diretorias das entidades alcançadas pela Lei nº 13.303/2016, já estão sendo tratados no âmbito deste Tribunal, conforme consta dos Processos nº 3130/19 e 3386/2019, a cargo da Secretaria de Fiscalização de Pessoal - SEFIPE, e dada a rotatividade na ocupação de tais cargos, concluímos pela necessidade de inclusão deste ponto de verificação nos futuros trabalhos de fiscalização a serem realizados por aquela Unidade Técnica junto às estatais distritais, vez que compete aquela unidade técnica a execução atividades de fiscalização dos atos e procedimentos relacionados a pessoal.

22. Por fim, em razão da referida rotatividade nos cargos, destaca-se que parte das informações prestadas pelo MPDFT podem estar defasadas.

ANÁLISE

23. Inicialmente, para efeito de padronização dos procedimentos, adotamos os documentos que são exigidos pela TERRACAP para efetivar as nomeações para os demais entes. Ou seja, buscamos certificar a regularidade das nomeações por meio de pesquisas nos “*sites*” dos órgãos de controle externo (TCDF



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

e TCU), TJDF, Justiça Eleitoral e CJN. Para os demais requisitos previstos no art. 17 da Lei nº 13.303/2016, foram realizadas pesquisas na *internet* e nos demais documentos encaminhados pelo MPDFT.

24. Em tempo, deve-se registrar a dificuldade de comprovação da possível participação em campanhas eleitorais daqueles que foram indicados para os variados cargos. Para este tipo de comprovação utilizamos diversas expressões que pudessem vincular tais pessoas com o processo eleitoral de 2018. Foram elas: “campanha eleitoral”, “eleições 2018”, “candidato a deputado”, “TRE”, “partido político”. Por fim, vinculamos os nomes daqueles que foram indicados para os cargos em análise com os candidatos a cargos majoritários no DF.

25. Em alguns casos, surgiram notícias de participação dos nomeados na equipe de transição do atual Governo. Contudo, não é possível afirmar a participação daquele que foi indicado para tal equipe com a coordenação da campanha eleitoral.

26. Também cabe citar que, além dos requisitos previstos no art. 17, da Lei nº 13.303/2016, as Jurisdicionadas envolvidas nos autos são obrigadas a observar as regras previstas no Decreto nº 33.564/2012, que “*Regulamenta as hipóteses de impedimento para a posse e exercício na administração pública direta e indireta do Poder Executivo do Distrito Federal em função de prática de ato tipificado como causa de inelegibilidade*”. De acordo com este normativo, a posse ou a entrada em exercício dos indicados para ocuparem os cargos tratados nos autos, fica condicionada à apresentação de Declaração de Inexistência de Causa de Inelegibilidade e Impedimento (art. 3º).

27. Neste caso, tendo por base a documentação que foi apresentada ao MPDFT, a nosso ver, considerando a competência da Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do DF – SEFPLAG, por meio de sua Subsecretaria de Gestão de Pessoas, de coordenação e acompanhamento da gestão das Empresas Estatais do Distrito Federal (art. 2º, XIV, do Decreto nº 36.825/2015) entendemos ser necessária a edição de normativo para padronizar a coleta de toda a documentação necessária para a efetivação das nomeações em análise, como também definir critérios para atender as disposições do art. 17 da Lei nº 13.303/2016, que não sejam passíveis de comprovação por meio de certidões negativas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

28. Outro normativo que versa sobre o tema é o Decreto nº 37.967/2017, que estabelece parâmetros “*para as empresas estatais de menor porte, cuja receita operacional bruta anual é inferior a R\$ 90.000.000,00, conforme previsto no artigo 1º, § 3º, observando-se o disposto nos artigos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 11º, 12º e 27*”. Aqui, em que pese afastar a aplicação do art. 17 da Lei nº 13.303/2016, conforme § 1º do art. 3º, consideramos razoável estender os trabalhos de fiscalização sobre as jurisdicionadas alcançadas pelo Decreto nº 37.967/2017, uma vez que já dispúnhamos de documentação fornecida pelo MPDFT.

29. A seguir são apresentadas tabelas compilando os resultados obtidos:

TERRACAP

Unidade	DIRETORIA COLEGIADA	
Nome	Cargo	Índice de irregularidade
Gilberto Magalhães Occhi	Presidente	Não
Júlio César de Azevedo Reis	Diretor de Desenvolvimento e comercialização	Não
Edward Johnson Gonçalves de Abrantes	Diretor de Administração e Finanças	Afronta ao art. 17, § 2º, I, da Lei das Estatais: Índices de participação em campanha eleitoral.
Leonardo Henrique Mundim Moraes Oliveira	Diretor de Habitação e Regularização Fundiária	Não
Sérgio Luíz da Silva Nogueira	Diretor de Novos Negócios	Não
Wesley Ricardo Bento da Silva	Diretor Jurídico	Não



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

Unidade	Conselho de Administração	
Nome	Cargo	Índice de irregularidade
Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa	Presidente	Não
Raphael Vianna de Menezes	Vice-Presidente	Não
Gilberto Magalhães Occhi	Membro do CONAD	Não

Parque Tecnológico de Brasília – BIOTIC S/A. (Empresa subsidiária da TERRACAP)

Unidade	Diretoria	
Nome	Cargo	Índice de irregularidade
Gustavo Dias Henrique	Diretor-Presidente	Não
Leonardo Socha Rondeau Reisman	Diretor de Negócios, Ciência, Tecnologia e Inovação	Não
Carlos Henrique Ferreira Alencar	Diretor Administrativo	Não

Unidade	Conselho de Administração	
Nome	Cargo	Índice de irregularidade
Júlio Cesar de Azevedo Reis	Presidente	Não
Ricardo Henrique Sampaio Santiago	Membro Titular	Não
Carlos Antônio Leal	Membro Titular	Não
Gustavo Dias Henrique	Membro Titular	Não



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

BRB³

Unidade	Diretoria	
Nome	Cargo	Índice de irregularidade
Paulo Henrique Bezerra R. Costa	Diretor-Presidente e Diretor de Crédito e Clientes em exercício	-
Pedro Antônio Estrella Pedrosa	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	-
Dario Oswaldo Garcia Júnior	Diretor de Rede e Canais	-
Cristiane Maria Lima Bukowitz	Diretora de Gestão de Pessoas e Administração	-
Antônio Gil Padilha Bernardes da Silveira	Diretor de Riscos e Controladoria	-
Fabiano Pereira Côrtes	Diretor de Tecnologia da Informação	-

Unidade	Conselho de Administração	
Nome	Cargo	Índice de irregularidade
João Antônio Fleury Teixeira	Presidente	Afronta ao art. 17, III, da Lei das Estatais: Ações de Improbidade Administrativa no TJMG
Arthur Pereira de Castilho Neto	Membro	-
Paulo Henrique Bezerra R. Costa	Membro	-
Romes Gonçalves Ribeiro	Membro - Representante dos Acionistas Minoritários	-
Rossini Dias de Souza	Membro	-
Pedro Ferreira Caixeta Júnior	Membro – Representante dos Empregados	-
Luis Fernando de Lara Resende	Membro Independente	-

³ Além das empresas subsidiárias Financeira BRB e BRB DTVM, as empresas BRBCARD, BRB Serviços e o Instituto BRB utilizam a marca BRB, conforme noticiado no site do Banco de Brasília.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

Marcelo Talarico	Membro Independente	-
------------------	---------------------	---

FINANCEIRA BRB S/A

Unidade	Diretoria Colegiada	
Nome	CARGO	Índice de irregularidade
José Antônio Mendes Fernandes	Diretor Financeiro e de Administração	-
Carlos Antônio Vieira Fernandes	Diretor Operacional	-

BRB DTVM

Unidade	Diretoria Colegiada	
Nome	CARGO	Índice de irregularidade
Dario Oswaldo Júnior	Diretor de Controle, respondendo pela presidência	-
Kátia do Carmo Peixoto de Queiroz	Diretora de Administração de Recursos de Terceiros respondendo pela Diretora Administrativa, Financeira e de Serviços	-
Flávio Eduardo Arakaki	Diretor de Gestão de Fundos de Investimentos	-

CAESB

Unidade	Diretoria Colegiada	
Nome	Cargo	Índice de irregularidade
Carlos Augusto Lima Bezerra	Presidente	-
Carlos Eduardo Borges Pereira	Diretor de Operação e Manutenção	-
Pedro Cardoso de Santana Filho	Diretor de Suporte ao Negócio	-
Virgílio de Melo Peres	Diretor de Engenharia	-
Silvia Andrea Cupertino	Diretora Financeiro e Comercial	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

Elie Issa El Chidiac	Diretor de Planejamento, Regulação e Novos Negócios	-
----------------------	--	---

Unidade	Conselho de Administração	
Nome	Cargo	Indício de irregularidade
Maurício Leite Luduvise	Membro	-
Eduardo Antônio Codo Santos	Membro	-
Ivan Obando Cruz	Membro	-
Jorge da Motta e Silva	Membro	-
José Ernesto Duarte de Almeida	Membro	-
Kenia Cilene Silva Gomes	Membro	-
Renata Soares Rainha	Membro	Afronta ao art. 17, I, da Lei das Estatais: ausência de comprovação das alíneas "a" e "b".
Rosany Cristina Jakubowski de Carvalho Carneiro	Membro e Presidente Substituta	Não

CODEPLAN

Unidade	Diretoria Colegiada	
Nome	Cargo	Indício de irregularidade
Jeansley Charles de Lima	Presidente	-
Daienne Amaral Machado	Diretora de Estudos e Políticas Sociais	-
Erika Winge	Diretora de Estudos Urbanos e Ambientais	-
Bruno de Oliveira Cruz	Diretor de Estudos Estudos e Pesquisas Socioeconômicas	-
Roberval José Resende Belinati	Diretor Administrativo e Financeiro	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

Unidade	Conselho de Administração	
Nome	Cargo	Indício de irregularidade
Paulo Gabriel Godinho Delgado	Presidente	-
Bruno Ferreira da Paixão	Conselheiro	-
Flávio Augusto Corrêa Basílio	Conselheiro	-
José Nilson Melo Tavares Filho	Conselheiro	-
João Carlos das Neves Bacellar	Conselheiro e representante dos empregados da CODEPLAN	-

CEB – Companhia Energética de Brasília

Unidade	Diretoria	
Nome	Cargo	Indício de irregularidade
Edison Antônio Costa Britto Garcia	Diretor-Presidente	-
Alexandre Guimarães	Diretor Administrativo - Financeiro	-
João Wellisch	Diretor de Planejamento e de Gestão de Riscos	-
Paulo Afonso Teixeira Machado	Diretor Técnico	-

Unidade	Conselho de Administração	
Nome	Cargo	Indício de irregularidade
Carlos Eduardo Zarzur	Membro	-
Enéas Fernandes de Aguiar	Membro	-
Edison Antônio Costa Britto Garcia	Membro	-
Marcello Joaquim Pacheco	Membro	-
Leandro Zannoni Apolinário de Alencar	Membro	-
Rafael Lycurgo Leite	Membro	-
Ricardo Bernardo da Silva	Membro	-
Ricardo Henrique Sampaio Santiago	Membro	-
Sávio de Faria Caram Zuquim	Membro	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

CEB DISTRIBUIÇÃO S/A

Unidade	Diretoria	
Nome	Cargo	Indício de irregularidade
Wander Azevedo	Diretor-Geral	-
Armando Casado de Araújo	Diretor-Geral Interino e Diretor Financeiro e de Gestão de Riscos	-
Fabiano Cardoso Pinto	Diretor Comercial	-
Dalmo Rebello Silveira Júnior	Diretor de Distribuição	-
Glauco Alves e Santos	Diretor de Regulação	-
Graziela Maria Fernandes das Neves	Diretor de Gestão	-
Wanderson Silva de Menezes	Diretor de Regulação	-

Unidade	Conselho de Administração	
Nome	Cargo	Indício de irregularidade
Armando Casado de Araujo	Membro nato	-
Bruna Wils	Membro	-
Hamilton Carlos Naves	Membro	-
Haroldo Eduardo Salata Passos	Membro	-
Henrique Luís Heleodoro da Silva	Membro	-
Maria Márcia Barillo Ribeiro Sampaio	Membro	-

CEB Geração S/A

- Não Possui Conselho de Administração.

Unidade	Diretoria	
Nome	Cargo	Indício de irregularidade
Luiz Eduardo Sá Roriz	Diretor-Geral	-
Priscila Paris Mendonça	Diretora Interina	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

CEB LAJEADO S/A

Unidade	Diretoria	
Nome	Cargo	Índice de irregularidade
João Wellisch	Diretor-Geral	-
Armando Casado de Araújo	Diretor Administrativo-Financeiro	-
Hamilton Carlos Neves	Diretor Técnico Interino	-

Unidade	Conselho de Administração	
Nome	Cargo	Índice de irregularidade
Carlos Eduardo Zarzur	Originário do Conselho da CEB	-
Enéas Fernandes de Aguiar	Originário do Conselho da CEB	-
João Wellisch	membro nato	-
Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira	membro	-
Patrícia de Carvalho Moreira	membro	-
Ricardo Henrique Sampaio Santiago	Originário do Conselho da CEB	-
Sávio de Faria Caram Zuquim	Originário do Conselho da CEB	-

CEB PARTICIPAÇÕES S/A*

- Não possui Conselho de Administração.

Unidade	Diretoria	
Nome	Cargo	Índice de irregularidade
Edison Antônio Costa Britto Garcia	Diretor-Geral	-
Hamilton Carlos Naves	Diretor Técnico	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

METRÔ

Unidade	Diretoria	
Nome	Cargo	Indício de irregularidade
Handerson Cabral Ribeiro	Presidente	-
Luiz Carlos Tanezini	Diretor Técnico	* Caso tratado pelo TCDF Decisão nº 698/2019
Flávio Murilo Gonçalves P. de Oliveira	Diretor de Operação e Manutenção - Em exercício. Diretor Financeiro e Comercial - Em exercício.	-
Flávio Murilo Gonçalves P. de Oliveira	Diretor de Operação e Manutenção	-
Delcimar de Oliveira Silva	Diretor de Administração	-

Unidade	Conselho de Administração	
Nome	Cargo	Indício de irregularidade
Handerson Cabral Ribeiro	Presidente	-
Carlos Henrique Ribeiro de Carvalho	Membro indicado pelo GDF	-
Rodrigo Otaviano Vilaça	Membro indicado pelo GDF	-
Marilandi Ferreira dos Santos Santana	Membro indicado pelo GDF	-
Roberta Zanenga de Godoy Marchesi	Membro	-
Janary Eleutério Cruz de Souza	Membro	-

NOVACAP

Unidade	Diretoria	
Nome	Cargo	Indício de irregularidade
Daclimar Azevedo de Castro	Presidente	-
Gildato dourado Santos	Diretor Administrativo	-
Elzo Bertoldo Gomes	Diretor Financeiro	-
Márcio Francisco Costa	Diretor de Edificações	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

Ricardo Pontes Carminati	Diretor de Urbanização	-
--------------------------	------------------------	---

Unidade	Conselho de Administração	
Nome	Cargo	Índice de irregularidade
Dacimar Azevedo de Castro	Membro Nato - Presidente da Novacap	-
Lindemberg de Lima Bezerra	Membro - Representante da União	-
Antonio Raimundo S. R. Coimbra	Membro - Representante do GDF	-
Aline Ribeiro Dantas de Teixeira Soares	Membro - Representante da União	-
Gilvan da Silva Dantas	Membro - Representante da União	-
João Carlos de Aguiar Nascimento	Membro - Representante do GDF	-
Wender Camico Costa	Membro - Representante do GDF	-
Francisco Hercilio da Costa Matos	Membro - Representante do GDF	-
Valcides de Araújo Silva	Membro - Representante do GDF	-
Heliana Kátia Tavares Campos	Membro - Representante do GDF	-
Kenia Cilene Silva Gomes	Membro - Representante do GDF	-

EMATER

Unidade	Diretoria	
Nome	Cargo	Índice de irregularidade
Denise Andrade da Fonseca	Presidente	-
Antônio Dantas Costa Junior	Diretor Executivo	-

Unidade	Conselho de Administração	
Nome	Cargo	Índice de irregularidade
Claudio Takao Karla	Conselheiro	-
Derci Cenci	Conselheiro	-
Shoji Saiki	Conselheiro	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

TCB

Unidade	Diretoria	
Nome	Cargo	Índice de irregularidade
Chancerley de Melo Santana	Presidente	-
Fábio Viana Ávila	Diretor Administrativo e Financeiro Interino	-
Vitor César Batista Aveiro	Diretor Técnico	-

Unidade	Conselho de Administração	
Nome	Cargo	Índice de irregularidade
Fábio Viana Ávila	Presidente	-
Albenes Francisco Souza	Conselheiro	-
Vera Lúcia Canfran	Conselheiro	-
Manoel Antônio Vieira	Conselheiro	-

CODHAB

Unidade	Diretoria	
Nome	Cargo	Índice de irregularidade
Wellington Luiz de Souza Silva	Presidente	* Caso tratado no Processo 3130/19-e
Leonardo Pierre Firme	Diretor da DIREG	-
Marcus José da Cruz Palomo	Diretor da DIMOB	-
João Monteiro Neto	Diretor da DIPRO	-
Mauro de Paulo da Rocha	Diretor da DIATE	-
Zenóbio Oliveira Rocha	Diretor da DAGES	Afronta ao art. 17, § 2º, I, da Lei das Estatais: Presidente do Partido Social Cristão – PSC/DF



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

Unidade	Conselho de Administração	
Nome	Cargo	Indício de irregularidade
Thiago Teixeira de Andrade	Membro	-
Wellington Luiz de Souza Silva	Membro	* Caso tratado no Processo 3130/19-e
Francisco Dorion de Moraes	Membro	-
Elloy Corazza	Conselheiro	-

CEASA

Unidade	Diretoria	
Nome	Cargo	Indício de irregularidade
Wilder da Silva Santos	Presidente	-
Onélio Alves Teles	Vice-Presidente	-
Fernando Sathler de Sousa	Diretor Administrativo	-
Fernando Nogueira Cabral dos Santos	Diretor Técnico-Operacional	-
Fernando Modesto Magalhães Vieira	Diretor Financeiro	-
Lidiane de Matos Pires	Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional	-

Unidade	Conselho de Administração	
Nome	Cargo	Indício de irregularidade
Argileu Martins da Silva	Membro	-
Rogério Batista Seixas	Membro	-
Maria Olivia Maia	Membro	-
Regiany Marisa da Silva Verbena	Membro	-
Djalma Tarcisio Machado	Membro	-
Dennyel Dantas de Moraes	Membro	-
Anderson do Carmo Diniz	Membro	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

30. Como se observa nas tabelas acima, a maioria expressiva das nomeações encontram-se em consonância com as regras impostas pelo art. 17 da Lei nº 13.303/2016.

31. Em relação aos indícios de irregularidade identificados, sintetizados na tabela a seguir, sugerimos, em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, a oitiva prévia das jurisdicionas respectivas e a posterior análise pela SEFIPE, haja vista que os fatos relacionam-se à área de sua competência.

Jurisdicionada	Unidade	Nome	Cargo	Indício de irregularidade
TERRACAP	Diretoria Colegiada	Edward Johnson Gonçalves de Abrantes	Diretor de Administração e Finanças	Afronta ao art. 17, § 2º, I, da Lei das Estatais: Indícios de participação em campanha eleitoral.
BRB	Conselho de Administração	João Antônio Fleury Teixeira	Presidente	Afronta ao art. 17, III, da Lei das Estatais: Ações de Improbidade Administrativa no TJMG
CAESB	Conselho de Administração	Renata Soares Rainha	Membro	Afronta ao art. 17, I, da Lei das Estatais: ausência de comprovação das alíneas “a” e “b”.
CODHAB	Diretoria	Zenóbio Oliveira Rocha	Diretor da DAGES	Afronta ao art. 17, § 2º, I, da Lei das Estatais: Presidente do



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

				Partido Social Cristão – PSC/DF
--	--	--	--	------------------------------------

32. Por fim, cabe noticiar que a Auditoria para o exame global quanto à adaptação das empresas públicas e sociedades de economias controladas pelo Distrito Federal, bem como suas respectivas subsidiárias, ao estatuto jurídico estabelecido na Lei nº 13.303/2016, autorizada pelo item V da Decisão nº 2268/2018 será realizada neste exercício, conforme Plano Geral de Ação atualizado nos termos da Decisão nº 28/2019 (Processo nº 35410/2018).

SUGESTÕES

33. Ante o exposto, sugerimos ao e. Plenário que:

- I. Tome conhecimento da presente informação e do Ofício nº 283/2019 – 4ª PRODEP/MPDFT (peça 63), de 01/04/2019, juntamente com seus anexos (arquivos associados ao e-TCDF);
- II. Considere atendido o item V, “a”, da Decisão nº 2268/2018 (peça 38), reiterado pelo item II, da Decisão nº 4575/2018 (peça 52);
- III. Determine à TERRACAP, à CAESB, à CODHAB e ao BRB que, no prazo de 30 (trinta) dias, se manifestem sobre os indícios de irregularidades identificados e sintetizados no § 31 desta Informação;
- IV. Recomende à Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do DF – SEFP, por meio de sua Subsecretaria de Gestão de Pessoas, que realize estudos com o objetivo de editar ato normativo para padronizar a coleta de toda a documentação necessária para a efetivação das nomeações em diretorias e conselhos de administração das Empresas Estatais Distritais, como



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

também definir critérios para atender as disposições do art. 17 da Lei nº 13.303/2016, que não sejam passíveis de comprovação por meio de certidões negativas;

V. Autorize:

- a) A inclusão como ponto de auditoria nas fiscalizações nas Empresas Estatais Distritais, a cargo da Secretaria de Fiscalização de Pessoal – SEFIPE, a verificação da observância às disposições do art. 17 da Lei nº 13.303/2016
- b) O envio de cópia desta informação juntamente com a decisão que vier a ser proferida à SEFP, à TERRACAP, à CAESB, à CODHAB e ao BRB, para conhecimento e atendimento ao item III supra;
- c) O retorno dos autos à SEFIPE para as providências pertinentes.

Brasília (DF), 04 de junho de 2019.

Assinatura Eletrônica
RODRIGO DE PINA
ACE 627-1

De acordo.

À consideração do senhor Secretário de Controle Externo.

Brasília (DF), 28 de junho de 2019.

Assinatura Eletrônica
ANTONIO ALEXANDRE DO NASCIMENTO FILHO
Diretor – Digem1